



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1005352-82.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Claudia Lucia Lourenço Carneiro Rodrigues e outros**
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Anoto, de início, que a inicial preenche os requisitos do art. 14 da Lei 9.099/95, o que, por si só, afasta as preliminares arguidas pelo réu.

Trata-se de ação em a que os autores almejam à devolução de valores que entendem foram indevidamente incluídos nos contratos de financiamento dos seus veículos.

Considerando que a cobrança foi indevida, visam ao reconhecimento da ilegalidade de tais taxas, por serem nulas e abusivas à luz do Código de Defesa do Consumidor.

Pelo que se extrai dos autos, os contratos de financiamento foram firmados respectivamente em dezembro de 2009 (autora Cláudia, cf. fls. 25/28), fevereiro de 2010 (autor Daniel, cf. fls. 29/35) e março de 2010 (autor Danilo, cf. fls. 37/40), enquanto que a ação foi ajuizada somente em julho do presente.

Em contestação a ré defende a legalidade da cobrança de tais taxas, eis que previstas no contrato de financiamento.

Preservado o respeito aos que perfilham entendimento diverso, reputo que a ação está prescrita.

Isso porque em última análise a pretensão deduzida está lastreada na ilegalidade da cobrança feita aos autores, o que obviamente rendeu ensejo ao enriquecimento da ré em detrimento dele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A circunstância desse enriquecimento sem causa operar-se através de indevido pagamento, cuja restituição se tenciona agora, não altera aquela conclusão porque ainda assim é de rigor reconhecer que a hipótese envolve claramente a reparação pelo enriquecimento sem causa.

Nesse contexto, o prazo prescricional da ação, é regido pelo art. 206, § 3º, inc. IV, do Código Civil, correspondendo a três anos.

A regra geral do art. 205 do mesmo diploma legal há de ser afastada porque ela própria é expressa em determinar que sua incidência somente tem lugar quando não existir fixação de prazo menor (“A prescrição ocorre em 10 (dez) anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor”).

Ora, sendo precisamente isso o que sucede na espécie dos autos, em que há contemplação de prazo mais exíguo compatível com a natureza da pretensão dos autores, conclui-se que já se tinha escoado o prazo no qual a demanda poderia ser aforada quando de seu ajuizamento.

Também esse tem sido o recente posicionamento do Colégio Recursal desta Comarca:

Contrato firmado em maio de 2007 e ação ajuizada em março de 2012. A prescrição deve ser reconhecida “in casu”, de ofício como prevê o art. 269, IV do CPC. Trata-se de típica demanda em que se busca repetição de pagamento entendido indevido, aplicável, no que ao caso interessa, o art. 206, parágrafo 3º, IV do Código Civil, acrescido pela reforma de 2002 (Lei n. 10.406) e sem dispositivo correspondente no Código Civil de 1916. Segundo a inicial o pagamento foi efetuado e agora o autor busca a “repetição”, a devolução, a pretexto da ocorrência de “abusividade”. Assim, é de rigor negar provimento ao recurso, e julgar extinta a demanda com a devida apreciação do mérito. (Colégio Recursal – São Carlos/SP – Recurso Inominado nº 5935 Rel. MILTON COUTINHO GORDO – 14/10/2013)

No mesmo sentido: Recursos Inominados nºs. 5726 e 5799.

Isto posto, reconheço de ofício a prescrição da ação e julgo extinto o processo com fundamento no art. 269, inc. IV, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**